



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

APONTAMENTOS SOBRE A MODIFICAÇÃO DE UMA PAISAGEM: OS ARREDORES DO MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, SANTOS, SP

Rodrigo Christofolletti*

1

A conjugação de paisagem e ambiente é historicamente recente. Parece-nos claro que esta tendência da transformação da paisagem, da artificialização desenfreada do meio não é consequência apenas de um capitalismo descompromissado com as questões ambientais, ou paradoxo de um planeta assolado por repetidas crises financeiras. Hoje, torna-se imprescindível a reavaliação desse discurso de uso privado da paisagem que é, em primeira instância, um direito comum.

Neste texto objetiva-se discutir em que medida o conceito de paisagem tem informado os historiadores do presente e como podemos intererpeta-lo à luz das necessidades e transformações contemporâneas; seu valor de consumo, suas modificações irrefreadas, sua importância enquanto substrato cultural de um povo, enfim, seu valor, enquanto bem comum.¹ Para tanto será analisado um estudo de caso:

* Doutor pela Universidade de São Paulo-RESJE/UniSantos

¹ A primeira parte deste texto dialoga com outro artigo escrito por mim e que foi enviado para a Revista Vibrant, para compor o **Dossiê Heritage and Museums** (Dez/2012). Com o título: *Salvatore Settis e seus apontamentos sobre a categoria de paisagem natural – aproximações entre Itália e Brasil*, este artigo busca inventariar algumas aproximações entre as questões da salvaguarda italiana e brasileira com relação ao patrimônio natural, sobretudo, a chancela de *paisagem cultural*.

as modificações ocorridas na paisagem da região denominada Zona Noroeste de Santos, onde se encontra o mais antigo remanescente arquitetônico quinhentista (na categoria fabril) existente no planeta, as Ruínas Engenho S. Jorge dos Erasmos e os impactos sócio-histórico-ambientais causados por esta transformação compulsória e desenfreada.

Para alguns, a paisagem é um ponto de partida, uma espécie de equação ou produto dos testemunhos e atividades humanas; para outros, é um objeto em si resultante de uma esfera multifacetada de vários fatores de transformação. Assim, da paisagem como resumo de tudo o que é visível à observação, à paisagem como mecanismo complexo de múltiplas variáveis, seu conceito tem informado diversas percepções sobre o que seria esta rede que liga os homens aos territórios onde vivem. Tornou-se, portanto, fundamental reconhecer este conjunto de fatores que, de forma variada compõe a pluralidade da paisagem enquanto conceito. (SILVA, 1996, p.216)

Para os europeus, a conservação da natureza se mostra como uma necessidade recente na história da política territorial e se apresenta como um sistema de áreas protegidas que objetiva dotar a população de um elemento de reconhecimento de sua identidade cultural. Os brasileiros, mimetizando inicialmente as discussões européias assinalaram, a partir do último quartel do século XX, esboços de preocupação similar, tipificando e reconhecendo seus conceitos sobre as diversificadas paisagens existentes em seu território.

Para adensar a discussão sobre como as paisagens se fixaram enquanto elemento de preocupação historiográfica e objeto de salvaguarda patrimonial nos mais diferentes países da Europa e América, Salvatore Settis, uma das vozes mais argutas do cenário intelectual europeu, em livro recente: *“Paesaggio, Costituzione, Cemento – il battaglia del ambiente contra il degrado civile”*, chama a atenção de que jamais se construiu tanto na Itália, e, simultaneamente, jamais se transformou tanto a paisagem daquele país. Nos últimos cinquenta anos o hectare de construção quintuplicou, fazendo reduzir a paisagem natural italiana na mesma nefasta proporção. A culpa dessa manobra, segundo o autor, recai sobre os ombros de uma política descompromissada que enxerga por meio de severa miopia e assegura a prevalência do bem particular/privado em face do bem público. A paisagem que a rigor deveria ser pensada

como um bem comum privatizou-se tornando moeda de troca dos que regularam e transformaram sua utilização.

Ainda dialogando com as ideias de Settis, é preciso entender que a manutenção na qualidade da preservação do patrimônio implica em pensar três frentes distintas, mas conexas: a) a relação estreita entre paisagem e cidade, seus usos e convivências; b) a definição capilar de paisagem, entendendo-a como patrimônio, tanto ambiental quanto cultural/histórico e c) a continuidade da utilização desses espaços o que se reflete na requalificação e a reutilização dos lugares/paisagens antes inutilizados e que passam a ter funções objetivas para além da mera preservação ou conservação. São os casos dos bancos, igrejas, florestas, morros, espaços urbanos e ou rurais, ruínas etc. Tudo isso subsidia uma dada cultura de preservação e propicia uma interpretação mais dilatada da coexistência entre tradição e moderno, paisagem e existência.

Em termos comparativos, enquanto no Brasil a preocupação sobre o patrimônio de maneira genérica, e a paisagem de maneira específica, remonta, no máximo, à década de 1930, na Itália, por exemplo, precede o século XV. Em território italiano, atualmente, a tuela da paisagem é normatizada a partir do *Codice dei beni culturale e del paesaggio* oriundo do Decreto Legislativo de 22 de janeiro de 2000. Neste documento, o conceito de *paisagem* deriva indissolúvelmente da relação entre território e povo. Sendo assim, resulta de uma postura que leva em consideração o desenvolvimento sustentável e a visão sistêmica sobre a salvaguarda da paisagem.

Em 1992², a Unesco adotou a categoria “paisagem cultural”³, valorizando todas as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. Abarcando as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar, tais paisagens culturais podem ser intencionalmente definidas por razões estéticas (jardins e parques); evoluídas organicamente cujo processo de construção terminou no passado (paisagens-relíquia ou fóssil e paisagens contínuas ou vivas, cujo processo evolutivo ainda está em

² Mesmo ano em que se realizou, no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

³ A Convenção Européia da Paisagem, aprovada em 2000, se distingue desta convenção adotada pela Unesco não apenas por ter abrangência apenas regional, mas sobretudo, porque cobre juridicamente todas as paisagens, inclusive aquelas que não têm valor excepcional, estabelecendo normas de proteção e gestão de todas as formas de paisagens. Esta percepção acaba por incentivar a participação dos cidadãos nas decisões sobre as políticas relativas às paisagens nas quais vivem.

curso; e, paisagens culturais associativas, que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas.⁴

Resultado desta concepção pluralista de paisagem é o questionamento sobre qual chancela adotar com relação à sua salvaguarda. De acordo com o arquiteto e técnico do Iphan, Carlos Eduardo Delphin, o tombamento não é o instrumento mais eficaz quando se trata de salvaguarda das paisagens, justamente por entender que esta chancela é deveras, restritiva, e a paisagem é um organismo vivo, de maneira que a salvaguarda brasileira trabalha com o conceito de “paisagem cultural”, mas de uma maneira muito mais permissiva do que a indicada pela Unesco.

A preocupação brasileira referente à figura jurídica de *paisagem cultural*⁵ toma corpo a partir da portaria do Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009, documento que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional. Será a chancela de 2009 que se preocupará propositalmente com os “fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”⁶; tornando fundamental a valorização da relação harmônica homem/natureza e o estímulo da dimensão afetiva do território como chave cultural.

Portanto, estimulados por esta leitura contemporânea e reveladora, dividida conosco pelo professor Salvatore Settis sugere-se neste texto discutir os impactos sócio-histórico-ambientais que dois eventos de natureza semelhantes tiveram na última década, em âmbito particular na periferia da cidade de Santos – SP. Ambas, a despeito

⁴ Unesco. World Heritage, 2012.

⁵ Até julho de 2012 não havia nenhum sítio brasileiro reconhecido como paisagem cultural na lista de patrimônio mundial da Unesco, assim como nenhum sítio inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que tenha sido tombado por seu valor enquanto “paisagem cultural”, no sentido definido pela Unesco, que privilegia as interações entre cultura e natureza e os componentes materiais e imateriais. No entanto, em meados de julho de 2012 a Unesco chancelou a cidade do Rio de Janeiro como sendo a primeira cidade mundial a obter o título de cidade patrimônio da humanidade, na categoria paisagem cultural. A chancela foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, que se reuniu em São Petersburgo, na Rússia. Segundo o Iphan, a partir de agora, os locais da cidade valorizados com o título serão alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural. São eles: o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara. As belezas cariocas incluem o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo.

⁶ Portaria do Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009.

de geograficamente constituírem realidades diversas dos exemplos dados pelo expert italiano, cumpre o papel de alertar sobre a pauperização e a descaracterização que as transformações na paisagem podem causar.

O primeiro intento é discutir a modificação desenfreada da paisagem da região denominada Zona Noroeste de Santos, onde se encontra o mais antigo remanescente arquitetônico quinhentista, (na categoria fabril) existente no planeta, as Ruínas Engenho S. Jorge dos Erasmos. Em consequência objetiva-se demonstrar como a anuência do poder público pode ao mesmo tempo, prejudicar ou salvaguardar partes únicas do espolio cultural de uma comunidade. Nesse sentido, busca-se dilatar o debate acerca da ação preservacionista ampliando a ressonância que vem se mostrando, até certo ponto inócua, comprovando a necessidade de mostrar, que se “floresta preservacionista está crescendo em silêncio, é preciso fazer um pouco mais de barulho para que se possa se fazer escutar!”. (SETTIS, 2010, 89).

A ZONA NOROESTE DE SANTOS: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A MUTABILIDADE DE SUAS FRONTEIRAS E PAISAGENS

5

A origem da Zona Noroeste da cidade de Santos⁷, estado de São Paulo, Brasil remonta ao começo do século 20, já que o Engenho dos Erasmos, marco do início da colonização brasileira, não deixou registros de fixação de residências na região. A inauguração do Matadouro, ponto de referência que por muito tempo serviu como denominação da própria região, e a instalação das linhas de bonde da Companhia City, na década de 1920, constituíram efetivo impulso aos primeiros núcleos habitacionais. O povoamento da Zona Noroeste, contudo, se deu mais intensamente a partir da década de 1950, em decorrência da presença de migrantes nordestinos, vindos para trabalhar nas obras de construção do pólo industrial de Cubatão e na Via Anchieta.⁸

⁷ Constituindo-se na terceira maior região do estado em termos demográficos, com uma população de cerca de 1,6 milhão de moradores fixos, segundo dados de 2011, a região da Baixada Santista que compreende os municípios de: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente vive hoje um processo de metropolização. A chamada **Região Metropolitana da Baixada Santista** foi criada mediante Lei Complementar Estadual 815, em 30 de julho de 1996 tornando-se a primeira região brasileira sem *status* de capital estadual.

⁸ Para mais detalhes ver o Programa Historiadno a Zona Noroeste. O lançamento oficial do Programa “Historiando a Zona Noroeste” aconteceu em agosto de 2005 por ocasião da festa 29º aniversário da

A denominação Zona Noroeste já era utilizada muito antes do Decreto Municipal 4.047, de 26 de julho de 1976, assinado pelo então prefeito Antonio Manoel de Carvalho para instituir o último domingo de agosto como Dia da Zona Noroeste. O primeiro documento oficial que se tem notícia a utilizar esta denominação para região foi o primeiro Plano Diretor do Município, que data de 1968.

Atualmente, a região compreende 12 bairros e sua população gira próximo dos 100 mil habitantes. Ainda hoje sofre as conseqüências da ocupação desordenada e tem parcela de seus moradores vivendo em favelas. Mas a Zona Noroeste se caracteriza também pelo desenvolvimento, com importantes corredores comerciais, como as avenidas Nossa Senhora de Fátima, Jovino de Melo e Vereador Álvaro Guimarães. Tem ainda inserida em sua área o Distrito Industrial da Alemoa, o qual concentra importantes empresas do Município.

Com uma urbanização relativamente recente (constituindo-se a pouco mais de 60 anos) a Zona Noroeste de Santos se destaca por ser a última fronteira a ser habitada na Ilha de S. Vicente, ilha esta que comporta dois municípios Santos à Leste e São Vicente, à oeste. Um dos bairros constituintes deste recente surto urbanístico é a Vila São Jorge. Erguida na década de 1950 esta localidade foi testemunha da ocupação que, de certa forma, ajudou na conservação e preservação de um dos mais importantes e antigos bens culturais do Brasil: as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

A Vila São Jorge, que recebe este nome em homenagem ao santo padroeiro do Engenho e do curso d'água (hoje canalizado) que corta a região é, atualmente, uma valiosa comunidade no que tange aos potenciais memorialísticos sobre a história recente desta região e, sobretudo, da localidade onde estão situadas as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Movimentos que busquem a preservação da memória desta localidade tornam-se enriquecedores instrumentos de conscientização sobre a importância do cidadão para o processo preservacionista.

região. A proposta do projeto é promover o resgate da história da Zona Noroeste de Santos, sua valorização e a integração efetiva com as demais áreas da Cidade, fortalecendo a auto-estima e a identidade das famílias e comunidades que vivem na região. Como concretização desses objetivos, o 'Historiando' reúne moradores, lideranças e movimentos sociais e comunitários da Zona Noroeste, além de diversas entidades da sociedade civil, como universidades, associações e outras. A Prefeitura integra o projeto por meio de várias secretarias e órgãos do governo, que constituem a comissão de apoio ao "Historiando" (Decreto 4007, de 18 de maio de 2005).

Se, por um lado, a urbanização acelerou a especulação imobiliária mudando a paisagem da região (atualmente a Vila São Jorge ocupa uma área de 512 mil m² com uma população de pouco mais de 50 mil habitantes), por outro a distância do centro da cidade e do fluxo de pessoas e transportes colaborou para que nestes últimos 50 anos o patrimônio histórico em questão permanecesse como há séculos atrás. A incorporação das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos pela Universidade de São Paulo, a partir de finais da década de 1950, favoreceu ainda mais sua salvaguarda. Após uma sucessão de diversos proprietários e um longo período de quase esquecimento, foi a partir deste momento que sua importância como bem cultural diferenciado passou a ser reconhecida, cabendo a cada época vivificar as Ruínas com seus mais diletos valores.

Frente à originalidade histórica deste bem cultural, discussões que incentivem a sua preservação bem como de sua paisagem justificam-se não só pela necessidade premente da salvaguarda, mas, sobretudo devido à reconstituição de parte significativa de nossa história. Trata-se, portanto da reconstituição de partes de uma história que, junto com o emaranhado das memórias destes moradores precisa vir à luz das novas gerações, o que auxiliará o entendimento mais aprofundado sobre a ocupação e os condicionantes que fizeram deste espaço uma fronteira viva na paisagem semiurbanizada da região. Esta paisagem, recentemente constituída é também palco para o desenvolvimento de um programa que objetiva discutir as transformações ocorridas no último século no que hoje vem a ser o território circunvizinho às Ruínas Engenho.

FRONTEIRAS: ESPAÇO DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO

Fronteiras são limites e como tal, separam, dividem. Mas, também são pontos de aproximação, vinculação, livre trânsito. Podemos estabelecer uma linha de conexão entre o processo de formação do território paulista, que, em primeira instância, ocorreu a partir do litoral, e as contradições que estas fronteiras (litoral/planalto) suscitaram na busca por sua historicidade. As mudanças na silhueta de alguns territórios, bem como no traçado de suas fronteiras apontaram para a necessidade de se reconsiderar um elemento bastante significativo na relação entre a população e seu espaço de atuação: a artificialização do meio vivente. Foi a partir da percepção desta transformação que a

reconfiguração sócio-espacial de muitas regiões se caracterizaram no país. Exemplo claro desta transformação é o território contíguo que corta a Ilha de São Vicente: a divisa geográfico/administrativa entre os municípios de Santos e São Vicente.⁹

A territorialidade anuncia, determina e, portanto, designa a formação social e econômica de um dado território, reforçando a diferença e a separação entre as pessoas e os lugares. Parte daí o interesse de discutir como se dão as relações de transformação entre a espacialidade e o cotidiano dessas pessoas que vivem ou viveram nesta região marcada pela ação modificadora da recente urbanização.

Historicamente, a cidade de Santos, assim como o município de São Vicente, vivenciou a dinâmica de uma economia monocultora de exportação (o açúcar) exigindo o avanço tecnológico e a articulação do trabalho cada vez mais especializado e, por tal, compartimentado. O que, nos primórdios da colonização, foi o resultado prático das ações do capitalismo mercantilista recém disseminado tornou-se séculos depois o elemento desencadeador de um processo irreversível de urbanização. Tanto no século XVI como no XIX ou XX a ordem dinâmica sempre foi a expansão territorial como corolário de uma extensão econômico-social. (SILVA & CHRISTOFOLETTI, 2011)¹⁰

ENTRE RUÍNAS E LIMITES

Atualmente, a Zona Noroeste da cidade de Santos tem sido considerada a última fronteira de expansão populacional e territorial da ilha. O fato de ter ocorrido um processo tardio de urbanização (há pouco menos de 60 anos) certamente colaborou para que muito de sua paisagem já secundarizada, mas autêntica em vários aspectos permanesse sumariamente resguardada. As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, localizadas atualmente no que se convencionou chamar de Zona Noroeste da cidade de

⁹ Esta discussão é baseada no projeto *Território e Transformações*, preocupação originariamente desenvolvida no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – Base Avançada de Cultura e Exesnsão da Universidade de São Paulo em Santos, pelos professores Rodrigo Christofolletti, André Muller de Mello e Maria Cecília França Lourenço, à época, desempenhando respectivamente a funções de educadores e diretora do bem cultural.

¹⁰ Este texto dialoga e recebe influências diretas do projeto: **Fronteiras Transitórias: o processo de construção histórica das identidades da Baixada Santista (1870-1996)**; Projeto de Pesquisa financiada a partir do edital MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011 na área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, sob a coordenação dos Profs. Drs. César Agenor Fernandes da Silva e Rodrigo Christofolletti. Unisantos (2012-2013).

Santos, são hoje o testemunho de uma história que precisa ser preservada. Apesar de atualmente pertencer administrativamente à cidade de Santos, o território em que estão instaladas tais ruínas foi, pelo menos até o século XIX pertencente à cidade de São Vicente. O entroncamento fronteiro localizado bem no centro da ilha de São Vicente confundiu por vários séculos a localização exata deste engenho, fator que ainda hoje, do ponto de vista geográfico, suscita controvérsias.

A constatação de que o território em questão veio se transformando paulatinamente até modificar sua silhueta na virada do século XIX para o XX e, mais detidamente, a partir dos anos de 1950, justifica a necessidade de se entender esta transição como resultado de uma série de reconfigurações sócio/histórico/espaciais na região citada. Isto equivale a dizer que se hoje, as ruínas deste antigo engenho são localizadas administrativamente no território santista, sua história demonstra que por séculos constituiu parte significativa do município contíguo, razão pela qual entender o Engenho São Jorge dos Erasmos como confluência de dois territórios politicamente distintos se torna um veio interessante para se perceber as transformações oriundas do processo de urbanização recente desta localidade.

O conceito de território, bem como o de paisagem pode ser compreendido em sua flexibilidade, sua elasticidade formal e de conteúdo (não restrito aos parâmetros da geografia), expressas na relação que desenvolve com as noções de espaço e tempo. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. A análise sobre a “artificialização do meio”, termo caro aos chamados *arqueólogos da paisagem* passa, então, a ser uma ferramenta fundamental para se mensurar os impactos que a transformação do ambiente teve na vida e memória das pessoas.

Em consonância, percebe-se que o atual debate sobre o conceito de paisagem configura uma amálgama de visões que oscilam entre percebê-la como uma configuração estática, desprovido de contrapartidas histórico- sociais (por isso imutável) até a visão de paisagem como realidade complexa e dinâmica, reflexo das realidades físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local. Nossa compreensão se aproxima desta última concepção, o que propicia estudarmos os impactos e as possibilidades de

utilização dos entornos e contornos desta paisagem como algo vivo, pulsante, logo, em transformação constante.

Compreender as recentes transformações dos espaços contíguos a este antigo remanescente de engenho possibilitará perceber em quais condições a recente urbanização da região fronteira entre o terreno do antigo engenho e a malha urbana adjacente interferiu no sentimento de pertencimento e na identificação por parte da população vivente desta região.

Uma vez instalada numa ilha, a dinâmica de crescimento urbano não pôde se expandir para além das fronteiras insulares, o que obrigou a população nativa e os que se estabeleceram a partir das migrações a se redimensionar espacial, cultural e socialmente. Perceber as diversas transformações vinculadas ao espaço em que vivem se torna elemento significativo, pois aponta para uma construção identitária que pode favorecer ao morador desta fronteira repensar a história de ocupação deste território, a partir das lentes de aumento de sua própria memória: laços urdidos pelos emaranhados de lembranças individuais e coletivas, objetivando, primordialmente romper as fronteiras desta ou daquela demarcação geográfica.

Assim, se por um lado esta região vive os reflexos de uma historicidade temporal um tanto quanto recente (uma história de transformação urbana de menos de um século) por outro vive nas entrelinhas de sua cotidianidade as marcas de outra historicidade menos imediata e mais duradoura. Neste sentido, não se trata de inferirmos sobre um período curto de transformação, mas de refletirmos a cerca de como, neste último quartel de século houve uma recharacterização deste território, multifacetado por natureza a partir dos pilares da mudança geográfica, física, humana, histórica e social.

UMA MODIFICAÇÃO NEFASTA, NECESSÁRIA OU NATURAL?

Em que medida as transformações urbanas em uma região desprestigiada do ponto de vista socioeconômico, tal como sempre foi a chamada Zona Noroeste de Santos, é algo nefasto? A urbanização e a transformação da paisagem de maneira definitiva também podem ser sinônimos de modernização? Essas duas questões perpassam e sustentam o discurso de uma transformação não apenas residual, mas

substancial no *modus vivendi* de uma população acostumada a ter pouco. Se, do ponto de vista histórico, o espaço onde hoje se localizam esses bairros periféricos foi a última fronteira de crescimento e urbanização da ilha de São Vicente, (o que, por si só colaborou para que seu maior marco arquitetônico fosse preservado); do ponto de vista urbanístico, paisagístico e mesmo social a substituição da capa vegetal, dos traçados naturais dos rios presentes na área pelos traçados canalizados, e a desenfreada expansão imobiliária impôs ao morador desta região a amnésia e a perda absoluta das raízes espaciais, de seus mapas afetivos, pois com a promessa da urbanização, as memórias da paisagem mais ou menos naturalizadas de gerações foram substituídas pelas necessidades do asfalto, da energia elétrica, da água encanada, da chegada rápida do transporte público e das benesses que a urbanidade trazia.

Não queremos com este discurso solidificar uma posição contrária às transformações inerentes a qualquer espaço, mas sim, sinalizar para uma reflexão sociológica e histórica sobre como este espaço vem sendo modificado, sobretudo, após as empresas de construção civil perceberem que se encontra neste espaço a última possibilidade de expansão imobiliária da ilha. Então, a região que antes representava um oásis no caos urbano, de uma região metropolitana de mais de um milhão de habitantes, passou a ser a bola da vez da verticalização, expansão desenfreada e mal planejamento urbano. Todos precisam de água encanada, moradias decentes, transportes públicos bons com preços módicos, mas há que se pensar sob quais penas a estratégia da mudança está sendo imposta. Senão continuaremos apresentando o mesmo discurso para a mudança de um mesmo cenário: a paisagem descaracterizada pela intervenção da especulação imobiliária, cujos personagens da trama lutam para reaprender a enxergar a paisagem como algo vivo.

Que há uma miopia na percepção dos que vivem o cotidiano sob o ritmo frenético das transformações, fragmentações e discontinuidades próprias de nosso tempo, não há dúvida. Resta nos perguntar: qual será o preço deste comportamento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, André Muller de & LOURENÇO, Maria Cecília França. **Território e Transformações**. Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – Base Avançada de Cultura e Exesnsão da Universidade de São Paulo em Santos. Santos: USP, 2005.

DELPHIM, C. F. M. “Paisagem”. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Enciclopédia EINAUDI. Paisagem. Casa da Moeda, 1984, Lisboa. (Vol. 8) pp: 138-160.

O Globo em: <http://oglobo.globo.com/cultura/patrimonio-artistico-cultural-da-italia-ameacado-por- crise-4950527>.

Portaria do Iphan n° 127, de 30 de abril de 2009.

SETTIS, S. Italia SpA – L’assalto al patrimônio culturale. Einaudi. Torino. 2007, p.36.

_____. Conferenza per la critici cidadanza. **Rai News.24.it**. Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=38Hn-na3qec>.

_____. **Paesaggio, Costituzione, Cemento – il bataglio del ambiente contra il degrado civile**. Turim. Einaudi, 2011.

SILVA, Cesar Agenor Fernandes da; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **Fronteiras Transitóiras: o processo de construção histórica das identidades da Baixada Santista (1870-1996)**; Projeto de Pesquisa financiada a partir do edital MCTI /CNPq /MEC/CAPEs N ° 07/2011 na área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Santos: Unisantos (2012-2013).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamrion & VAINFAS, Ronaldo. **Os paradigmas da história**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.

Unesco. World Heritage, 2012.